

O Golpe Militar de 1964 na perspectiva braudeliana:

fato, conjunturas e estruturas históricas

Rosângela de Lima Vieira

Como citar: VIEIRA, R. D. L. O Golpe Militar de 1964 na perspectiva braudeliana: fato, conjunturas e estruturas históricas. *In*: BRABO, T. S. A. M. (org.). **Direitos humanos, educação e participação popular** : 50 anos do golpe militar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.65-87. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-595-7.p65-87>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O GOLPE MILITAR DE 1964 NA PERSPECTIVA BRAUDELIANA: FATOS, CONJUNTURAS E ESTRUTURAS HISTÓRICAS

Rosângela de Lima Vieira

O momento histórico da passagem dos 50 anos do Golpe Militar de 1964 apresenta-se como uma circunstância significativa para uma análise mais profunda do próprio Golpe, do período ditatorial que o seguiu e do complexo processo de redemocratização que tem nos acompanhado¹.

O objetivo deste artigo constitui-se na observação do Golpe e da Ditadura dentro de dimensões temporais mais alargadas e globais numa perspectiva braudeliana. Esta exige que se estabeleçam as relações entre fatos, conjunturas e estruturas históricas na busca de uma explicação mais densa do processo histórico. A limitação em apenas uma das análises não é suficiente para uma compreensão ampla.

Os estudos dedicados exclusivamente aos fatos são importantes, quando se quer obter apenas um conhecimento histórico das circunstâncias imediatas. Outros estudos, de ordem conjuntural, colaboram na identificação das múltiplas relações que levaram à ocorrência do fato. Já as pesquisas que buscam os condicionantes estruturais de longa duração daquela conjuntura e posteriormente do fato também são indispensáveis. No entanto, a perspectiva braudeliana, ao sugerir a realização dos três níveis

¹ Dedico esse artigo aos alunos da disciplina História do Brasil I, oferecida na FFC, como os quais tenho discutido a importância de análises mais globais da história do Brasil na busca de compreensão mais profunda de nossos problemas contemporâneos.

de análise e suas respectivas relações, impele a observarmos o conjunto e, portanto, a globalidade do fenômeno histórico.

Fernand Braudel desenvolveu o conceito de múltiplas temporalidades em oposição à cronologia tradicional do tempo único². Segundo ele, a qualidade dos estudos históricos relaciona-se à capacidade do pesquisador de observar as relações entre as diferentes temporalidades do fenômeno estudado. A duração de cada uma está condicionada pelo próprio fenômeno e aos objetivos do pesquisador. A referência para os devidos cortes temporais provém da necessidade de se observar o tempo individual (fatos / acontecimentos), o tempo social (as conjunturas) e tempo histórico (as estruturas históricas).

Não há, portanto, um rigor na duração de cada temporalidade. Nesse referencial, as *estruturas* podem ser seculares ou mesmo multi seculares. Elas são o movimento mais sutil do processo histórico, com mudanças muito lentas e por isso mesmo perduram por longos períodos. As *conjunturas* decorrem em algumas décadas, Braudel trabalhava com 30/50 anos. Segundo ele, a conjuntura é um recorte regido por uma dinâmica própria, cujos contingentes são articulados por relações instáveis, mas que perduram por algum tempo. Ambas as durações são imprescindíveis para que um estudo histórico supere a análise puramente factual. Os fatos, como metaforizou Braudel, são apenas vagalumes, que no momento do acontecimento produzem luz fugaz. Eles serão significativos ou não, dependendo das estruturas e conjunturas que o prepararam, da sua capacidade de instaurar uma nova conjuntura e até mesmo de provocar rupturas nas estruturas históricas. A “[...] pesquisa vai da superfície às profundezas da história [...] Alcançá-las-ia ainda melhor se a ampulheta fosse inclinada nos dois sentidos – do evento para a estrutura, depois das estruturas [...] para o evento.” (BRAUDEL, 1992, p. 75)

O percurso aqui proposto objetiva analisar o Golpe Militar de 1964 utilizando a dialética temporal braudeliana: a articulação das três temporalidades fundamentais – a curta, a média e a longa duração. Assim, a partir de pesquisa bibliográfica, serão reconstruídos alguns dos elementos fundamentais do Golpe enquanto um fato histórico; a conjuntura em que

² Para maior detalhamento sobre a obra de Fernand Braudel ver: VIEIRA, 2002.

ele está inserido tanto no âmbito nacional como internacional; e estruturas históricas de longa duração condicionantes do processo de construção da identidade nacional e conseqüentemente também do próprio Golpe.

O GOLPE

O historiador Jorge Ferreira apresenta um balanço das interpretações sobre o tema e afirma que essa historiografia “[...] via de regra, ainda tem como referência paradigmas tradicionais, ora culpabilizando um único indivíduo, ora referindo-se, ainda que não explicitamente, as estruturas que determinam, de maneira irreversível e inelutável, o destino das coletividades.” (2003, p. 345).

Segundo ele,

Para a direita civil-militar que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Motivos suficientes, portanto, para o golpe de Estado. Para as esquerdas revolucionárias e a ortodoxia marxista-leninista, o presidente era um líder burguês de massa, uma liderança cuja origem de classe marcou seu comportamento dúbio e vacilante, com vocação inequívoca para trair a classe trabalhadora. [...] portanto, direitas, esquerdas e liberais se unem em uma mesma explicação: o comportamento, a personalidade e a incapacidade política de um único indivíduo atuaram como fatores decisivos, se não determinantes, para o golpe. (FERREIRA, 2003, p. 345).

Os estudos do historiador demonstraram ainda que outros intérpretes apontam as grandes estruturas como responsáveis pelo golpe: o colapso do populismo; a crise estrutural do padrão agrário-exportador; os modelos de desenvolvimento nacionalista e associativo com empresas estrangeiras; e a exigência do processo de acumulação de capital de formas mais autoritárias de gestão para desarmar as classes populares (FERREIRA, 2003).

O historiador propõe que se observe o processo histórico como uma conjuntura de acirramento constituída desde 1961 – com a posse de João Goulart em 7 de setembro – e que exacerbou-se a partir de 13 de março de 1964 o conflito político. “Não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir mudanças, mas, sim, da tomada do poder e da imposição de projetos.” (FERREIRA, 2003, p. 400).

Jorge Ferreira refere-se ao acirramento do conflito de interesses e projetos nacionais explícitos no decorrer do período agosto de 1961 e março de 1964. A renúncia do presidente Jânio Quadros (em 25 de agosto de 1961) e a negociação para a posse do vice-presidente João Goulart, possibilitada somente com a mudança de regime presidencial para parlamentarista (em 07 de setembro de 1961), demonstram diferentes projetos nacionais conflitantes. Da posse de Goulart, passando pelo plebiscito, que revogou o parlamentarismo (em janeiro de 1963) e retornou os poderes presidenciais, ao célebre discurso de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, com o anúncio de decretos de reformas sociais³, o recrudescimento foi explícito e crescente. Ainda outro fato precisa ser registrado: a “Marcha da família com Deus pela liberdade” em 19 de março na cidade de São Paulo, como exemplo da mobilização pela não-mudança.

Os fatos elencados indicam que o golpe de trinta e um de março/primeiro de abril constituiu-se no afloramento do conflito político que até então havia estado circunscrito no âmbito do Congresso Nacional e da imprensa para agora ter os quartéis como agentes do seu processo, com apoio direto das elites. Neste contexto a “[...] oposição conservadora, civil e militar, transformou Goulart em alto risco para o Brasil” (VIEIRA, 2000, p. 191).

Outro estudioso, Thomas Skdimore, brasilianista de referência nos estudos do período, destaca a reincidência, na história do Brasil, de os civis recorrerem aos militares para resolver os conflitos de interesses. Ele também destaca a relativa facilidade e rapidez com que os militares se firmaram no poder.

Como se dava tão frequentemente na história brasileira (1889, 1930, 1937, 1945), o confronto político civil foi abreviado por um golpe de Estado militar, organizado por muitos dos mesmos oficiais que haviam forçado a deposição de Getúlio em 1954 e se oposto à posse de Jango em 1961. [...]

Em 31 de março e 1º de abril, unidades militares tomaram prédios governamentais-chave em Brasília e no Rio. Os militares esperavam encontrar séria resistência armada. A esquerda havia alardeado que os setores populares jamais permitiriam que os militares tomassem o poder novamente, e os organizadores do golpe haviam levado essas afirmações a sério. [...] A resistência não se materializou. [...]

³ Os decretos incluíam desapropriação de terras e a nacionalização de todas as refinarias de petróleo privadas. Cf. SKIDMORE, 2000.

Em poucos dias, o novo governo havia consolidado seu poder. (SKIDMORE, 2000, p. 215-216).

Isso fica patente pela edição – logo em 9 de abril – do Ato Institucional nº 1, que cassou o mandato de deputados, senadores, governadores, prefeitos, militares, desembargadores, embaixadores e outros funcionários públicos, e levou o Congresso Nacional a “[...] funcionar com os representantes civis que se responsabilizaram pelo golpe de Estado [...]” (VIEIRA, 2000, p. 192-193). O rápido “sucesso” do Golpe foi facilitado pelo apoio de três importantes governadores: Carlos Lacerda (Guanabara); Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Ademar de Barros (São Paulo).

Enfim, podem-se observar claramente os interesses de setores da elite da sociedade civil, em impedir as *reformas de base* propostas por Jango, buscando nos militares a força para impor seu projeto nacional.

Se por um lado, estes fatos apontam aspectos fundamentais do cinquentenário Golpe de 1964; por outro, eles – por si mesmos – exigem elementos de ordem conjuntural que os expliquem.

A CONJUNTURA

O conceito de conjuntura braudeliano caracteriza-se pelo conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que levaram à eclosão dos fatos que se quer explicar. Assim, no caso do Golpe de 1964 é indispensável observarmos fenômenos históricos nacionais e internacionais das décadas que o antecederam.

De início é necessário levar em conta a conjuntura da Guerra Fria com seus desdobramentos internacionais e locais. Neste processo histórico, em que a necessidade de definir o ‘lado’ tornou-se imperativa, o governo do antecessor a Goulart, Jânio Quadros, buscou implementar uma política externa independente e autônoma (FICO, 2000). Para Carlos Fico, foi uma “[...] tentativa louvável, mas ingênua, de ultrapassar a esfera do restrito sub-sistema interamericano, liderado pelos EUA.” (FICO, 2000, p. 179-180).

A conjuntura internacional da Guerra Fria – do pós Segunda Guerra Mundial em 1945 até 1991 com a extinção da União Soviética

– caracterizou-se, pelas disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. Entre outras características, ocorreu a divisão dos diversos países em dois grandes blocos políticos, a exigência de cada país ‘escolher’ o lado com o qual manterá relações econômicas e políticas, e a necessidade de explicitar internacionalmente sua posição. Daí a ‘ingenuidade’ do presidente Jânio, indicada por Fico, ser realmente um problema sério no que tange as relações internacionais nessa época. Os EUA não apenas lideravam o bloco capitalista como comandavam esforços para impedir que outros países caíssem na égide russa.

[...] a Guerra Fria: 1) estabilizou o “equilíbrio de poder” internacional, deslocando as esferas de choque para a oposição entre os dois sistemas, conformando os conflitos e rivalidades da política mundial; 2) forjou um novo sistema internacional, cuja lógica articulou as relações entre as nações; 3) constituiu-se num conflito ideológico que, propagando-se através da mídia, atingiu culturalmente a sociedade e sua conduta; 4) forçou uma corrida armamentista, que criou um complexo industrial militar continuamente produtivo, que tendeu a buscar mercados nos conflitos convencionais localizados do Terceiro Mundo; 5) conseqüentemente, serviu como elemento incentivador de tais conflitos; e 6) inaugurou a era nuclear e a possibilidade de destruição global da humanidade. (HEIN, [2008], p. 1).

Assim, a conjuntura da Guerra Fria condicionou o acirramento político interno em nosso país.

Talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade. Então, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução – não a democracia ou a cidadania, como seria anos depois –, tanto que o próprio movimento de 1964 designou a si mesmo como revolução. (RIDENTI, 2003, p. 135).

Jorge Ferreira, ao estudar as várias interpretações sobre o golpe, assim sintetiza a relação entre a conjuntura internacional e o Golpe.

Uma outra interpretação, que não deve ser minimizada, fala, por sua vez, da Grande Conspiração, da aliança entre grupos sociais conservadores brasileiros – a exemplo de empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista – com a CIA e o Departamento de Estado norte-americano. A conspiração direitista

interna – externa, desse modo, teria sido o fator fundamental para a crise política de 1964. (FERREIRA, 2003, p. 345).

Entretanto, ele critica a unicidade da responsabilidade do Golpe a essa ‘conspiração’:

Ora, desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentaram golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas no governo Juscelino e uma decisiva em agosto de 1961. Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante. (FERREIRA, 2003, p. 345).

Ferreira indica o Golpe como resultante de um amplo arco de alianças entre grupos civis e militares. Concordamos com ele nesse quesito, contudo, não se deve minimizar a importância da conjuntura da Guerra Fria para unir diferentes setores e interesses. A alcunha de comunista ao governo Goulart servia naquela conjuntura como um facilitador de adesões a empreitada do Golpe que lhes parecia mais difícil do que de fato foi, tal como expôs Thomas Skidmore.

Por sua vez, para compreender a conjuntura interna e sua relação com evento em questão, exige-se retornar ao período que vai da renúncia de Getúlio Vargas em 1945 até a ocorrência do golpe em 1964, conhecido como a fase efetivamente democrática de nossa República. Em linhas gerais, nesse período há uma grande cisão na sociedade brasileira. A democratização, pós-ditadura getulista, trouxe a discussão sobre o ‘país que se quer construir’. Isso significa que em todos os campos – social, político e econômico, sobretudo, – havia pendências a serem resolvidas, obviamente sem consenso. Na agenda dos debates estavam questões estruturais relacionadas ao acesso a terra, à legislação eleitoral e ao modelo econômico. Quanto ao último, posições radicalmente opostas conflitavam-se: de um lado os do modelo econômico industrial modernizante e de outro os do modelo agroexportador. O primeiro bloco possuía ainda outras subdivisões: os nacionalistas e os que defendiam uma modernização financiada pelo capital estrangeiro. Esses breves apontamentos já indicam profundas

divergências na conjuntura da sociedade brasileira da época, em especial nas suas elites, pois ameaçavam seu próprio *status quo*.

Tais disputas ocupam um espaço na esfera política partidária brasileira. Três grandes partidos lideravam a política nacional no período: PTB, PSD e UDN. Tradicionalmente o PTB, de origem getulista, é caracterizado, como induz o seu nome, como o partido dos trabalhadores. “Seus quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto a funcionários do Ministério do Trabalho em todo território nacional.” (DELGADO, 2003, p. 140).

Segundo Lucilia Delgado, a fundação do partido em 1945, “[...] buscou atender dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária brasileira.” (2003, p. 141). A importância política do PTB pode ser medida pelo apoio à eleição de Eurico Gaspar Dutra em 1945; por vencer a eleição em 1950 com a candidatura de Getúlio Vargas; vencer, em 1955, com o cargo de vice-presidente na coligação com o PSD, tendo como presidente Juscelino Kubitschek; e pela reeleição de João Goulart como vice-presidente de Jânio Quadros, em 1960.

Já o PSD, Partido Social Democrático, caracterizado pelo pragmatismo, habilidade e conservadorismo era conhecido como o PTB de saca, enquanto o PTB, identificado como o PSD de macacão (DELGADO, 2003, p. 137). Com coligações com o PTB, venceu todas as eleições do período (1945, 1950 e 1955).

Aliado de primeira hora do PTB tinha, contudo, bases sociais muito diversas daquelas [...]. Criado de dentro para fora do Estado, reuniu em seus quadros os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. (DELGADO, 2003, p. 138-139).

Por sua vez, a (UDN) União Democrática Nacional chegou ao poder central somente com a eleição de Jânio Quadros, em 1960. Organizada como grupo político ainda no período que antecede à queda de Getúlio Vargas em 1945, contribuiu para a sua deposição. Sua base política de oposição a Vargas era formada fundamentalmente pela elite: oligarquias destronadas com a Revolução de 1930, parte dos antigos aliados

de Getúlio, por ele marginalizados, e grupos liberais de forte identificação regional (BENEVIDES apud DELGADO, 2003, p. 137).

Estes 3 principais partidos, embora com conteúdo programático específico, tinham posicionamentos bastante semelhantes. Tomemos, por exemplo, o tema da distribuição de terras no país. Encontraremos ruralistas, defendendo a manutenção da concentração de terras tanto no PSD como na UDN. É ilustrativo destacar a relação entre Kubitschek e os ruralistas. O governo JK, conhecido pelo projeto de modernização do país – desenvolvimento industrial, construção de Brasília e incontáveis quilômetros de estradas abertas – foi também promissor para a oligarquia rural. Isso é demonstrado pelas omissões do governo em relação à reforma agrária ou a uma mera regulamentação da ocupação das ‘novas fronteiras’.

Vânia Moreira sintetiza bem essa postura do governo JK.

Em resumo, o nacional-desenvolvimentismo incentivou a modernização da agricultura, a expansão das fronteiras agrícolas sobre bases oligárquicas e, sobretudo, um modelo de industrialização que, ao se eximir de qualquer política social reformista, criava laços estáveis entre os grandes interesses rurais e urbanos. (MOREIRA, 2003, p. 188).

Por tudo isso, conhecer a estrutura partidária e suas relações, não basta para compreender a conjuntura histórica que levou ao Golpe de 64. Outro aspecto imprescindível à análise conjuntural a que se propõe é a importância do recrudescimento de outras formas de luta por direitos, principalmente a das *Ligas Camponesas* do período de 1940-1960. Dentre eles destacam-se: os da periferia de Recife e cidades próximas no período de 1945 a 1947, o conflito de Porecatu no norte do Paraná (1950-1951), e o movimento de Trombas e Formoso, em Goiás (1953-1954)⁴.

Também os trabalhadores urbanos organizados tiveram papel de destaque na conjuntura em questão, com suas greves e outras mobilizações, sobretudo nos anos iniciais da década de 1960. Dentre esses movimentos, destaca-se a ‘greve dos 700 mil’ em outubro de 1963, na cidade de São Paulo (NEGRO; SILVA, 2003, p. 47-96).

⁴ Cf. <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em: 4 fev. 2014.

Dado o objetivo do presente texto, analisar o Golpe de 1964 em suas diferentes temporalidades, enfatizou-se aqui a conjuntura nacional de acirramento – e até mesmo de colisão – entre os interesses explicitados pela frágil democracia vivida após a Ditadura Vargas. Trabalhadores urbanos e rurais, excluídos de uma participação efetiva das decisões políticas, reivindicavam direitos, melhores condições de vida – que embora presentes nos discursos dos partidos políticos – não se concretizavam na realidade cotidiana.

ESTRUTURAS HISTÓRICAS

As estruturas históricas nos remetem à longa duração de que fala Fernand Braudel. Em relação ao Golpe de 1964, elas são de longuíssima duração, como é o caso da estrutura fundiária do Brasil. Essa para ser compreendida exige um retorno à mentalidade portuguesa anterior às grandes navegações.

Em Portugal, as terras eram patrimônio do rei e somente ele poderia distribuí-las. O restrito acesso a elas tornava as terras, de fato, um instrumento de poder. Como a Coroa Portuguesa encontrou grande dificuldade de instalar sua presença efetiva em todo seu território, os cargos e funções públicas eram ocupados pela nobreza proprietária de terras. Assim, a subordinação ao rei estava garantida, tanto da nobreza quanto dos demais, subordinados a ela. Esse modelo serviu de incentivo para a participação da nobreza nos empreendimentos ultramarinos (quer pessoalmente, quer enviando homens ou mesmo contribuindo com o financiamento) pela possibilidade de receber o agradecimento do rei com uma porção das terras conquistadas (COELHO, 2000; MORENO, 2000).

A historiadora Emília Viotti da Costa sintetiza

[...] a propriedade da terra conferia prestígio social, pois implicava o reconhecimento pela Coroa dos méritos do beneficiário. Na segunda fase, a propriedade da terra representava prestígio social porque implicava poder econômico. No primeiro caso, o poder econômico derivava do prestígio social; no segundo, o prestígio social deriva do poder econômico. (COSTA, 2007, p. 172).

Conhecida como Capitâneas Hereditárias, a divisão do território português na América, explicita inequivocamente a concentração das terras coloniais.

O sistema que o rei adotou em 1534 foi o da divisão do litoral entre o rio Amazonas e São Vicente em doze capitâneas hereditárias de extensão limitada, no sentido da latitude, variando entre trinta e cem léguas, mas de extensão indefinida para o interior. As quatro capitâneas setentrionais situadas entre Paraíba do Norte e o Amazonas, não foram ocupadas durante o século XVI, ainda que os donatários, a quem haviam sido distribuídas tivessem tentado, em vão, fazê-lo. Das oito restantes, apenas Pernambuco, no Nordeste, e São Vicente, na extremidade setentrional, [...] tornaram-se centros de crescimento populacional e econômico relativamente importantes. As demais, ou foram abandonadas em consequências de ataques indígenas ou vegetaram numa obscuridade total, com pequeno número de colonos que mantinham uma posição precária em locais isolados da faixa litorânea. (BOXER, 2002, p. 100).

Segundo Vera Ferlini, a defesa do território, frente à cobiça de outros europeus, foi a principal motivação para a criação das capitâneas. Desde a carta de doação da primeira delas (Pernambuco), está explícita essa função que, conjugada com a busca por metais preciosos, fixação de colonos e exploração econômica, engendra o perfil colonial, que se manteve com a criação do Governo Geral em 1548 (FERLINI, 2003, p. 17-23).⁵

A empreitada colonial de exploração econômica, pelo sistema latifundiário, se completa com a escravidão.

Há, pois, dois movimentos a apreender no processo de constituição da moderna produção mercantil escravista. De um lado, a centralização e a concentração da produção, dirigidas pelo capital mercantil e que pressupunham o monopólio de terras para suas determinações. De outro, mas no mesmo processo de constituição da moderna produção mercantil, essa concentração exigia ponderável número de um tipo específico de trabalhadores, o que só era possível, naquela época, pela compulsão. (FERLINI, 2003, p. 32).

⁵ Embora o Governo Geral de Tomé de Souza tenha tentado limitar o acesso a terra, “Os proprietários de engenho tenderam a acumular terra não somente para assegurar o fornecimento de cana para seus engenhos, mas também porque a propriedade da terra concedia prestígio social.” (COSTA, 2007, p. 174).

Esse trabalho escravo foi imposto aos indígenas mais enfaticamente ao longo do século XVI, estendendo-se nos séculos seguintes para algumas atividades, e aos africanos, implacavelmente até a penúltima década do século XIX. Sérgio Buarque de Holanda estimou a vinda de africanos em 30 mil no século XVI, entre 500 e 550 mil no XVII e aproximadamente 3 milhões entre 1700 e 1851.⁶

A escravidão e o sistema latifundiário constituíram-se na estrutura basilar da sociedade brasileira que perdurou até o Segundo Reinado. O processo histórico de construção da nação brasileira, marcado pela Independência, Primeiro Reinado e Período Regencial, não promoveu mudanças nesta estrutura. Sempre que ocorreram revoltas, rebeliões e rebeldias, o poder tratou-as como caso de polícia, reprimindo-as com violência explícita e exemplar.

Na década de 1850, o trabalho escravo e o acesso a terra são discutidos formalmente no parlamento nacional. O tráfico transatlântico de escravos é proibido e uma nova lei de terras é aprovada. As indissociáveis estruturas coloniais são finalmente objeto de contenda entre os membros da elite monárquica.

A política de terras e a de mão-de-obra estão sempre relacionadas e ambas dependem, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico. No século XIX, a expansão dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo causaram uma reavaliação das políticas de terras e do trabalho em países direta ou indiretamente atingidos por esse processo. (COSTA, 2007, p. 169).

A Lei de Terras aprovada demonstra “A caótica situação da propriedade rural e os problemas da força de trabalho [...]” (COSTA, 2007, p. 176). Para a Emília Viotti da Costa tal situação foi agravada, sobretudo, pela expansão da produção cafeeira. A demanda por mais terras e trabalhadores crescia. E as ocupações de novas terras ocorriam, alheias à sua regularização. Contudo, as posições sobre a solução para tal problemática estavam longe de um uníssono das classes dominantes. “A análise dos argumentos contrários e favoráveis ao projeto de lei revela com grande

⁶ Os escravos no Brasil foram densamente explorados. Segundo Holanda, eles tinham sua vida limitada na condição escrava em 7 anos, em média. Cf. HOLANDA, 1968, p. 188, 191.

clareza as diferentes concepções [...]” (COSTA, 2007, p. 177) na solução da questão.

Para os defensores da nova lei, que continha o acesso a terra estritamente pela compra, a elevação do preço dela e a criação do Imposto Territorial, ela forçaria os novos trabalhadores (colonos imigrantes) a trabalharem nas fazendas pela inviabilidade de acesso à propriedade. Por fim,

Exigindo a demarcação de todas as propriedades e sujeitando todos os títulos ao registro, a lei também legitimaria a propriedade, terminado com as disputas de terra que contaminavam a sociedade e facilitando a compra e a venda de terras.

Finalmente, a concentração da propriedade territorial resultante das vendas públicas tornaria mais fácil criar um sistema de estradas e ferrovias, facilitando para mais pessoas o acesso ao mercado.

Todos os defensores do projeto insistiam que, subjacente a esses argumentos particulares, estava o fato de que a lei criaria condições para que o fazendeiro obtivesse trabalho livre para substituir os escravos, cujo fornecimento estava ameaçado pela iminente interrupção do tráfico negreiro. É óbvio que, para eles, a nova política de terras tinha como um de seus objetivos resolver o torturante problema da força de trabalho. (COSTA, 2007, p. 179).

Já a oposição ao projeto da Lei de Terras era composta por aqueles setores mais conservadores da elite nacional, defensora da manutenção da escravidão e da inacessibilidade às terras. Esses também se opunham à interferência do governo central e queriam garantir a independência das autoridades locais. Havia também aqueles que resistiam à aprovação da lei por considerarem absurdo dificultar o acesso à propriedade fundiária, num país onde a maior parte de seu território ainda deveria ser ocupada e recomendavam a doação de terras aos imigrantes, inclusive como forma de atraí-los, como agentes da civilização (COSTA, 2007, p. 177-181).

Como se vê, a aprovação da Lei de Terras em 1850 não pode ser analisada apartada da questão da mão de obra e de outras questões de interesse das elites nacionais, inclusive a concepção da divisão de poderes entre o local e o central.

A escravidão e sua lenta e arrastada extinção – da Lei Eusébio de Queiroz (1850), ou Proibição do Tráfico Negreiro, até a Lei Áurea de 1888

– foi um processo histórico de mudanças caracterizado pela vagarosidade própria daqueles que realmente não querem mudanças estruturais. Nessas décadas foram formulados os primeiros projetos que levavam à discussão da abolição da escravidão. O primeiro projeto para o fim do tráfico, aprovado ainda na década de 1830, foi letra morta. E mesmo a lei de 1850 precisa ser entendida no contexto mais amplo dos interesses de cada parcela da elite brasileira.

As elites nacionais disputavam os marcos legais que implementariam o modelo econômico-social desejado, sobretudo suas bases: acesso a terra e mão de obra. O modelo de acesso a terra e de mão de obra são de fato, indissociáveis, pois articulam a divisão do trabalho e decorrente desta, a divisão social e política. Desde o processo de Independência consolidou-se a concepção conservadora. Mesmo para aqueles que defenderam a abolição da escravidão, a ela vinha associada à defesa da imigração, pois

[...] as principais lideranças intelectuais acreditavam que o equilíbrio racial da população era perigosamente instável. Aqueles poucos que pregavam a eventual emancipação dos escravos, tal como José Bonifácio, o faziam não por causa da humanidade dos escravos, mas porque desejavam eliminar os negros. (MAXWELL, 2000, p. 190-191).

Para essas lideranças, o trabalho livre dos imigrantes europeus, ou seja, o branqueamento da população era fundamental para a prosperidade do Brasil. Contudo, essa direção mais ‘liberal’ não foi hegemônica; ao contrário, era minoria. Os interesses conservadores fizeram-se maioria e impediram mudanças estruturais. A Lei de Terras, excludente como vimos, e as ‘leis-falácias’ da escravidão – Proibição do Tráfico (1831), Ventre-Livre (1871), Sexagenários (1885) – são exemplares para descrever o esforço da elite nacional em manter as estruturas herdadas por muitas décadas. E a Lei Áurea (1888) foi certamente a mais conservadora possível, uma vez que ao libertar os escravos não lhes deu condições de acesso a terra. Entretanto, a elite havia preparado uma concorrência no mercado de trabalho – com o projeto da imigração – o que levou os escravos libertos à marginalidade social.

No tocante à mentalidade conservadora das elites, ainda outras questões devem ser lembradas. No início da República, a condição de ci-

dadão-eleitor foi também negada aos ex-escravos, uma vez que somente os alfabetizados foram alçados àquela cidadania. Essa exclusão dos anal-fabetos permaneceu até a promulgação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, quando eles conquistaram o direito de votar, em caráter facultativo. Até hoje o processo de conquista da cidadania plena dos afrodescendentes continua. Basta ver a difícil aceitação, pelas elites, da política de cotas nas universidades públicas brasileiras.

Quanto à abolição da escravidão, é indispensável o contexto da aprovação da Lei Áurea. Estudos importantes, como de Maria Helena Machado⁷, expõem o crescimento do medo e do pânico das elites nacionais nas décadas que precederam o ano de 1888, em virtude do aumento das revoltas e rebeldias escravas. Também os vários casos em que os escravos levaram seus senhores aos tribunais na busca de direitos legais constituíram-se num elemento importante nesse processo de esgotamento do escravismo. O ‘haitianismo’ como se refere João José Reis, como pano de fundo, facilitou a aceitação da inevitabilidade da abolição como o mal menor.

Porém, para ele, a elite escravocrata ainda era maioria e somente a pressão dos fatos ou do mito exemplar de São Domingos foram capazes de possibilitar a aprovação da Lei Áurea.

Não fosse a ação dos escravos rebeldes, a escravidão teria sido um horror maior do que foi, pois eles marcaram limites além dos quais seus opressores não seriam obedecidos. Embora fossem derrotados tantas vezes, os escravos se constituíam em força decisiva para a derrocada final do regime que os oprimia. Tivessem eles se adequado aos desígnios senhoriais, o escravismo brasileiro talvez tivesse adentrado o século XX. (REIS, 2000, p. 262).

A Lei, como já foi dito, não garantiu direitos aos escravos libertos, jogando uma multidão à margem da sociedade brasileira. Os fazendeiros preferiam assalariar os imigrantes brancos e aos ex-escravos couberam os trabalhos mais pesados e sujos que outros homens livres e pobres não aceitavam fazer. Assim, pode-se dizer que a abolição também foi excludente.

Ao recortar historicamente esse conjunto de estudos e análises, o fazemos para demonstrar a estrutura conservadora das elites brasileiras.

⁷ Cf. principalmente: MACHADO, 1987, 1994.

Mesmo quando houve divergência entre seus vários segmentos, como foi o caso da abolição da escravatura, as posições conservadoras impuseram-se. Ou seja, na dúvida a elite não faz mudanças.

As mudanças estruturais são lentas e somente movimentos sociais envolvendo sujeitos coletivos de amplo espectro podem promover transformações que venham a constituir concretamente um novo modelo. No caso da escravidão, havia a pressão inglesa desde os tratados de 1810; os interesses dos setores mais liberais da elite nacional; os movimentos e revoltas escravas; e o medo gerado por elas. Mesmo assim tivemos a abolição que tivemos.

Pode-se concluir que tanto a Lei de Terras (1850) como a Lei Áurea (1888) revelam o conservadorismo estrutural das elites brasileiras. As mudanças que ocorreram com a aprovação dessas leis não foram mudanças estruturais e por isso mesmo conservaram a imensa desigualdade socioeconômica – quase estamental – na sociedade brasileira, já na entrada do século XX.

Desde a Independência, o modelo de Brasil construído foi o da exclusão.

Naquela encruzilhada histórica, emergiram com vigor as temáticas da independência/dependência, das formas de inserção do Brasil no sistema internacional, do modelo político ideal, da construção da sociedade civil – particularmente à questão dos escravos, dos índios, do contrato de trabalho e da propriedade –, do sistema educacional e, enfim, da identidade cultural. [...] Entretanto, naquela conjuntura, o que se consolidou foi um certo tipo de imaginário e de consciência propriamente nacional – bem como uma determinada ideia de Brasil – marcadamente conservadores [...] (MOTA, 2000, p. 201-202).

Ainda, ao falarmos da estrutura conservadora das elites brasileiras, faz-se necessária a compreensão suas articulações políticas para a manutenção dessas estruturas, vigentes no Golpe de 64 e até mesmo nos dias atuais. O primeiro aspecto é o fato que, desde os primórdios coloniais, grandes proprietários rurais e comerciantes ocupavam os cargos públicos locais ou centrais, graças a suas alianças familiares e clientelistas. Daí a importância das Câmaras Municipais, pois cabia a elas “[...] criar uma estrutura de controle e

exercer uma política sobre a qualidade, o preço, a aferição de pesos e medidas e o fornecimento de produtos.” (VENÂNCIO; FURTADO, 2000, p. 96).

Grande parte desses fazendeiros já possuía altas patentes militares nos regimentos de milícias, principalmente nos de cavalaria, ou eram sargentos-mores, capitães-mores, que representavam as suas posições sociais e de poder nas comunidades. Silenciosamente, no decorrer de três séculos de colonização, esses senhores de terras foram formando uma elite no interior da colônia, onde eles se tronaram a ordem sob a ordem. (SCHNOOR, 2000, p. 166).

Essa característica dá continuidade ao padrão dos *poderes dos donatários* e ao modelo português pré-colonial de distribuir terras e poder para manter a unidade nacional. Esse modelo mantém-se na conjuntura de Independência: “[...] os fazendeiros do centro-sul, devido a suas alianças e matrimônios, formarão o grupo político mais coeso do período [...]” (SCHNOOR, 2000, p. 205).

Manter o território, evitando o esfacelamento à moda da América espanhola, sustentar a inacessibilidade a terra e conservar a escravidão foram os elementos políticos articuladores dos acordos entre os diferentes segmentos da elite nacional. As divergências foram olvidadas em prol da coalizão⁸.

Ao longo do período regencial, as divergências vieram à tona. As várias regências e o Golpe da Maioridade demonstram a cisão entre centralistas e localistas, por exemplo. Contudo, o Segundo Reinado aprimorou a eficiência nos acordos, o que lhe permitiu uma subsistência de meio século.

A mesma postura conservadora pode ser observada ao nascer o Partido Republicano. Aquele que propunha uma mudança substancial, o fim da monarquia, dissimulou sua posição sobre questões estruturais.

Os republicanos de São Paulo, na maioria fazendeiros, recusaram-se para grande irritação e escândalo do abolicionista Luís Gama, a incluir a abolição em seu programa, alegando que era assunto dos partidos monárquicos. A convicção geral era que a abolição causaria a ruína da agricultura, apesar de evidências de crescimento das exportações desde 1871. (CARVALHO, 2007, p. 288).

⁸ Para maior detalhamento ver: MAXWELL, 2000, p. 188-189.

Todavia, o desenvolvimento econômico pode ser comprovado pelas cifras das exportações que vinham crescendo de forma contínua, sobretudo a cafeeira.

Na década de 1830-40, o produto assumiu a liderança das exportações do país, com mais de 40% do total; o Brasil tornou-se, em 1840, o maior produtor mundial de café. Na década de 1870-1880, o café passou a representar até 56% do valor das exportações; e no final do século XIX representava 65% do valor das exportações [...] (VIEIRA, 2012, p. 288).

Foi, portanto, uma justificativa im procedente delegar o adiamento da abolição da escravatura a uma possível crise na produção agrícola.

Também com a Proclamação da República, não houve mudanças profundas. Destacamos as palavras de um especialista como José Murilo de Carvalho: “Estudo anterior sobre a implantação da República mostrou a nula participação popular em sua proclamação e a derrota dos esforços de participação nos anos que se seguiram.” (CARVALHO, 1990, p. 9). A República se apresenta como um acordo das elites, sem ideias de transformações profundas e a população foi alijada do processo de implantação do novo regime.

Proclamada a República pelo exército, sem reações monarquistas significativas, inclusive da família real, é possível observar como a elite se organizou.

[...] o governo provisório durou 15 meses, e suas preocupações imediatas se deram em torno das questões federativas, especialmente com a manutenção da ordem pública. Em setembro de 1890, foram realizadas eleições para o Congresso, que teria a incumbência de elaborar e aprovar a primeira Constituição republicana e eleger o mandatário da nação, daí por diante denominado presidente da República. No primeiro aniversário do regime, a Assembleia Constituinte tomou posse para iniciar os trabalhos, que se desenrolaram até o mês de fevereiro de 1891. Sua composição refletia, de certa forma, os grupos e ideias correntes em torno da organização do Estado e da governança republicana. Havia os históricos, assim denominados por defenderem a República desde os tempos da propaganda e do Manifesto de 1870; os adesistas, que passaram a ser desdenhados como republicanos de “undécima hora” ou de “16 de novembro”; e, não menos expressi-

vos de uma transição, havia muitos monarquistas que retornavam ao Poder Legislativo com poderes especiais de constituintes republicanos. Alguns números são significativos dos segmentos sociais mais atuantes: 128 eram bacharéis, muitos dos quais filhos e representantes da classe senhorial e proprietária de terras; 55 eram militares, oriundos dos centros urbanos e dos setores médios da população; 39 eram monarquistas convictos [...] (FLORES, 2003, p. 54-55).

A constituição de 1891 abriu o caminho para os acordos da República Velha, como a ‘Política dos Governadores’, que mantiveram paulistas e mineiros no governo ao longo das duas primeiras décadas do século XX e reforçou a interação entre poder central e os poderes regionais. Todavia, a característica conservadora mais significativa da primeira Carta Magna republicana está no perfil do eleitor, homens alfabetizados, excluindo das eleições a imensa população analfabeta. E o voto em aberto completou a impossibilidade de se constituir uma democracia participativa na gênese republicana. Por essas, dentre outras razões, nenhuma mudança substancial se implantou com a República. As estruturas mantiveram-se excludentes e transformações profundas não se realizaram.

Mais uma vez ocorreram mudanças que não transformaram as estruturas sociais ou políticas da maior parte da população. Ou seja, a mudança na forma de governo foi uma continuidade do modelo vigente que privou à população uma participação efetiva.

Até mesmo o Golpe de 1930 – provocado pela cisão intraoligárquica dos insatisfeitos com a política de valorização do café (e suas consequências como a desvalorização cambial e o endividamento externo); pelos membros das oligarquias de segunda grandeza que buscavam ampliar sua participação; e pelos interessados em mobilizar as massas urbanas tentando assim acomodar os trabalhadores urbanos e militares descontentes⁹ – não promoveu mudanças nas estruturas nacionais.

A ditadura Vargas – compreendida aqui em todas as suas nuances de 1930 a 1945 –, com diferentes estratégias, acomodou as divergências intraoligáquicas e sufocou os movimentos sociais urbanos e rurais, apesar da aprovação das Leis Trabalhistas, antiga reivindicação dos trabalhadores.

⁹ Para uma análise mais detalhada ver: FERREIRA; PINTO, 2003.

O projeto varguista de inclusão pelo direito social revelou-se, por fim, poderoso instrumento de reprodução das desigualdades sociais no Brasil. [...] [gerando] um processo retroalimentado de legitimação da ordem desigual, de grande alcance para a sustentação de sua estrutura mais geral, malgrado os enormes custos sociais e pessoais da permanência da desigualdade. (CARDOSO, 2010, p. 808).

No período pós-Vargas – como vimos na conjuntura que antecede ao Golpe de 64 – os movimentos sociais reascenderam-se visando mudanças estruturais. Diante do renascimento das lutas populares como as greves urbanas e as revoltas no campo, as elites uniram-se para impedir tais mudanças e atender aos interesses internacionais no contexto da Guerra Fria. Manter as estruturas sociais e políticas conservadoras foi o imperativo na condução do processo do Golpe e da Ditadura que o sucedeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repassados os principais fatos, conjunturas e estruturas históricas constitutivos do processo histórico que desaguou no Golpe Militar de 1964, observam-se claramente os constantes acordos que as elites nacionais têm empreendido para manter o *status quo* vigente. Mudanças, quando ocorreram, foram responsáveis pela permanência das estruturas que, ao longo de nossa história, privaram a maioria da população da democracia social, política e econômica.

Assim, o Golpe de 64 foi uma nova expressão do continuísmo, da não-mudança, orquestrado pelas elites brasileiras. Embora as propostas de reformas de João Goulart não fossem radicalmente revolucionárias, foram taxadas pelos conservadores com tais, porque, para esses, rever o acesso a terra com a reforma agrária, por exemplo, já significava uma mudança inaceitável.

O percurso aqui realizado buscou demonstrar que eventos aparentemente transformadores – a Proclamação da Independência e da República; o Golpe de 1930 e o de 1964 – são realmente apenas fatos da mesma estrutura conservadora dos estratos da elite nacional.

Dessa forma, Fernand Braudel nos ajuda a compreender que, as estruturas históricas mantêm-se por longos períodos e mudam-se muito lentamente; reconhecê-las como tais é condição *sine qua non* para a construção de um processo de transformação estrutural.

A redemocratização, iniciada com a promulgação da Constituição de 1988 – denominada ‘cidadã’ – ainda caminha lentamente nesse sentido. A instituição da Comissão Nacional da Verdade somente após 27 anos do término “oficial” da ditadura – e mesmo assim sem uma ampla e completa ‘Justiça de Transição’ – demonstra, sem a menor dúvida, o arcabouço autoritário estrutural impregnado nos meandros da sociedade brasileira, e de suas elites mais especificamente.

O Golpe de 1964 foi um fato suturado de forma indelével à conjuntura da redemocratização pós-ditadura Vargas e da Guerra Fria, e às estruturas históricas da mentalidade conservadora das elites brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Tradução J. Guinsburg e Teresa C. S. da Mota. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1992.
- CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000400001>>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- COELHO, Antônio Borges. Os argonautas portugueses e o seu vela de ouro. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: EDUNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 57-75.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DELGADO, Lucília A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano - o tempo de experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154.

FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano - o tempo de experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404.

FERREIRA, Marieta; PINTO, Surama. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 387-415.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 163-182.

FLORES, Elio C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 45-88.

HEIN, Lothar. Guerra Fria: conceitos e problemas. [2008]. In: NÚCLEO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/text10.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

HOLANDA, Sérgio B. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. t. 1, v. 2, p. 184-191.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 177-195.

MOREIRA, Vânia M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil*

republicano - o tempo de experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194.

MORENO, Humberto B. O princípio da época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: EDUNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 5-55.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 197-238.

NEGRO, Antonio L.; SILVA, Fernando T. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano - o tempo de experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 47-96.

REIS, João J. “*Nos achamos em campo a tratar da liberdade*”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 241-263.

RIDENTI, Marcelo. Cultura política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano - o tempo de experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 133-166.

SCHNOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 161-208.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. Tradução Raul Fiker. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VENÂNCIO, Renato; FURTADO, Júnia. Comerciantes, tratantes e mascates. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 93-113.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos G. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 185- 217.

VIEIRA, Rosângela L. *Fernand Braudel: a relação do método historiográfico e o conhecimento histórico*. 2002. 366 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

_____. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1829. In: VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin. *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 265-296.